

EMOÇÕES POLÍTICAS EM TEMPOS PRÉ-MODERNOS: A IDADE MÉDIA*Almir Marques de Souza Junior¹*

Resumo: Este artigo investiga as emoções políticas como elementos centrais na constituição das relações de poder na Idade Média, com ênfase em sua articulação simbólica, ritual e performativa. A hipótese central é que as emoções não apenas expressam estados individuais, mas operam como práticas sociais reguladas, que legitimam autoridades, mobilizam lealdades e estruturam identidades coletivas. A hipótese secundária sustenta que essas emoções são historicamente construídas e culturalmente codificadas, constituindo verdadeiros “regimes emocionais”. A partir das contribuições de autores como William Reddy, Barbara Rosenwein e Marc Bloch, o estudo propõe que a compreensão das emoções permite acessar as engrenagens invisíveis da política medieval. Ao analisar cerimônias régias, práticas religiosas e produções culturais, como as *Cantigas de Santa Maria*, o texto demonstra que afetos como medo, júbilo e devoção não eram apenas consequências das estruturas de poder, mas também ferramentas ativas de sua reprodução e contestação. O objetivo é reforçar a relevância da história das emoções como chave interpretativa indispensável para os estudos políticos medievais.

Palavras-chave: História das emoções; Política medieval; Regimes emocionais; Rituais de poder; Comunidades emocionais.

Abstract: This article examines political emotions as central elements in shaping power relations during the Middle Ages, emphasizing their symbolic, ritual, and performative dimensions. The central hypothesis is that emotions do not merely express individual states, but function as socially regulated practices that legitimize authority, mobilize loyalties, and structure collective identities. A secondary hypothesis argues that these emotions are historically constructed and culturally codified, forming what William Reddy calls “emotional regimes.” Drawing on the work of Reddy, Barbara Rosenwein, and Marc Bloch, the study proposes that the analysis of emotions offers access to the invisible mechanisms of medieval politics. Through the examination of royal ceremonies, religious practices, and cultural productions such as the *Cantigas de Santa Maria*, the article demonstrates that affects such as fear, joy, and devotion were not only consequences of power structures but also active instruments in their reproduction and contestation. The aim is to highlight the relevance of the history of emotions as an interpretive key to understanding medieval political dynamics.

Keywords: History of emotions; Medieval politics; Emotional regimes; Rituals of power; Emotional communities.

Por que estudar as emoções políticas?

A proposta de se estudar as emoções através do tempo apresenta-se como frutífera para o conhecimento histórico, uma vez que elas não apenas expressam estados individuais, mas organizam práticas coletivas, legitimam poderes e moldam identidades. As emoções são componentes estruturantes da experiência humana, influenciando decisões políticas,

¹ Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e Graduado pela mesma instituição. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Goiás - UEG no curso de História (Câmpus Norte - Sede: Uruaçu). Desenvolve pesquisa na área de história, tendo como último projeto a temática da “História Global do mundo pré-moderno”

mobilizações sociais e rituais de autoridade. Ao serem reguladas, incentivadas ou reprimidas, podem se tornar instrumentos de coesão ou contestação social. Já no campo da política, as emoções configuram vínculos de lealdade, produzem consensos, adesões ou inflamam resistências, revoltas e oposições.

Mesmo se a investigação histórica se projetar sobre temporalidades mais distantes da nossa, como a Idade Média por exemplo, ainda poderíamos perceber como as emoções mobilizam a ação dos indivíduos na sociedade. Vejamos alguns exemplos: neste período, poderíamos destacar o medo do além e do inferno, que era alimentado por pregações e práticas evangelizadoras, e que servia como instrumento para fortalecer a influência e o domínio da Igreja sobre a sociedade. Também poderíamos destacar o júbilo coletivo nas cerimônias de coroação real, que reforçava a legitimidade do soberano diante da população, reforçando a crença como o escolhido por Deus para governar por sua graça. Em outros episódios, as penitências públicas mobilizavam sentimentos de compaixão e respeito pelos homens e mulheres que se humilhavam e público pela sua fé. Poderíamos inclusive resgatar aqui o episódio da Penitência Canossa, de 1077, protagonizado pelo sacro imperador romano-germânico Henrique IV. A vexação a qual ele se submete para reverter sua excomunhão pelo papa não pode apenas ser compreendida pelos historiadores como simples ritualística burocrática ou ato pragmático. Há no episódio todo um conjunto de sentimentos envolvidos, tanto da parte do príncipe, quanto da parte de seus observadores, e o significado que estas emoções tinham no século XI é sim do interesse do historiador, especialmente daqueles que trabalham com a política.

Dessa forma, ao propormos esta breve reflexão sobre as emoções políticas, pretendemos destacar que a compreensão dos afetos coletivos é fundamental para revelar as engrenagens invisíveis que sustentavam o exercício, a contestação e a transformação do poder na Idade Média. O objetivo final seria perceber que, longe de serem simples manifestações pessoais ou irracionais, os sentimentos eram articulados de maneira estratégica nas práticas políticas, religiosas e sociais, moldando vínculos de autoridade, legitimidade e resistência. Assim, pesquisar os sentimentos no passado nos leva a reconhecer que as dinâmicas históricas não foram apenas impulsionadas por cálculos racionais, mas também profundamente atravessadas por sensibilidades compartilhadas, expectativas coletivas e gestos emocionais performativos.

Partindo desse entendimento, o presente artigo propõe examinar de que maneira a historiografia, especialmente àquela dedicada à Idade Média, já tangenciou ou incorporou a dimensão emocional em suas análises políticas, resgatando contribuições fundamentais para pensar o lugar dos afetos na história e suas implicações para a leitura crítica do presente.

Uma definição teórica da questão

É preciso contextualizar a história das emoções dentro do processo de transformação das Ciências Sociais entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Esse giro implicou uma mudança de paradigma: em vez de analisar os fenômenos sociais apenas por meio de estruturas econômicas, políticas ou institucionais, passou-se a dar ênfase às práticas simbólicas, aos discursos, às representações e aos sistemas de significados que orientam a ação humana. Influenciada por autores como Clifford Geertz, Michel Foucault e Edward Said, a virada cultural propôs que a cultura não é um simples reflexo das estruturas materiais, mas um espaço de produção e disputa de sentidos, no qual se constroem identidades, normas e hierarquias.

No campo da história, essa perspectiva representou uma ruptura com abordagens que privilegiavam explicações deterministas ou exclusivamente estruturais, como as da história econômica marxista ou da escola dos Annales em sua primeira fase. No campo da história, a análise da cultura passou a considerar os sujeitos históricos como agentes interpretativos, que constroem o mundo a partir de linguagens, crenças, rituais e emoções. Assim, temas antes marginalizados — como corpo, gênero, sexualidade, religiosidade popular, afetos e subjetividades — ganharam centralidade. O historiador deixou de ser apenas um analista de causas e efeitos para se tornar um intérprete das formas como os indivíduos e grupos produziram sentido para sua existência e seus conflitos.

Nesse contexto, a história das emoções partiu do reconhecimento de que os afetos não são universais nem meramente biológicos, mas construídos historicamente conforme normas sociais e valores culturais. Estudar emoções, portanto, tornou-se um caminho para compreender como as sociedades do passado estruturavam suas relações de poder, definiam fronteiras morais e produziam sujeitos políticos.

William Reddy, em *The Navigation of Feeling* (2001), cunhou os conceitos de “emotivos” e “regimes emocionais” para explicar como as emoções não apenas refletem realidades sociais, mas também as produzem. Ele argumenta que todo regime político busca, em maior ou menor grau, controlar os afetos, determinando quais sentimentos são socialmente aceitáveis, reprimíveis ou desejáveis. A performance emocional, nesse sentido, constitui uma forma de ação política que molda comportamentos e legitima autoridades. Reddy enfatiza este caráter performativo das emoções, mostrando que elas não apenas expressam estados internos, mas também criam realidades políticas concretas. Para o autor, o controle — ou a tentativa de controle — das emoções é uma ação central em qualquer configuração de poder. Em sua

pesquisa, examinou o processo revolucionário francês do final do século XVIII, buscando compreender como a população trabalhadora se mobilizou contra a monarquia e a aristocracia, propondo um novo “regime emocional” mais conectado às classes subalternas. Embora não seja nosso objetivo resgatar aqui todo o seu argumento, interessa-nos destacar seu método de análise, que coloca as emoções no centro da relação entre poder e sociedade. A partir dessa perspectiva, fica evidente que os processos históricos não podem ser plenamente compreendidos sem considerar a dimensão emocional das práticas políticas e sociais.

As emoções políticas mais especificamente podem ser compreendidas como afetos historicamente situados que influenciam, estruturam e são estruturados pelas relações de poder, formas de autoridade e dinâmicas de pertencimento coletivo. Longe de serem reações instintivas ou irracionais, as emoções políticas operam como modos legítimos de ação e linguagem no campo político, configurando comportamentos, alianças e antagonismos.

No Brasil, Edson Silva de Lima comprehende o conceito de emoções políticas como formas de sentir que estão diretamente relacionadas a processos de disputa de sentido, construção de narrativas históricas e engajamento político. Em seu artigo *Ensino de história: enfrentando o negacionismo a partir das emoções* (2023), ele argumenta que as emoções políticas não devem ser vistas como obstáculos à razão, mas como componentes fundamentais da experiência histórica e da formação cidadã. Para Lima, essas emoções são socialmente construídas, carregadas de valores e memórias, e desempenham um papel decisivo tanto na adesão quanto na rejeição de discursos históricos e identitários. Elas atravessam práticas educativas, discursos públicos e disputas de memória, sendo, portanto, essenciais para pensar o ensino de história como uma arena de formação sensível e crítica. Em sua perspectiva, lidar com as emoções políticas no ensino é reconhecer que sentimentos como indignação, orgulho, medo ou empatia são indissociáveis dos modos como as pessoas interpretam e se posicionam diante do passado e do presente.

Christophe Prochasson, no artigo *Emoções e Política: Primeiras Aproximações* (2005), propõe a construção de uma "História Social das Emoções Políticas" como resposta às limitações da historiografia tradicional, que privilegiou uma concepção racionalista da ação histórica. Para o autor, a oposição clássica entre emoção e razão, sustentada pelo pensamento político moderno, é um falso problema: as emoções não são irracionais nem exteriores à política, mas constituem um regime próprio de inteligibilidade e ação. Estão, portanto, no cerne dos processos de adesão, mobilização e legitimação do poder. Ignorar a dimensão emocional, segundo Prochasson, empobrece a análise das dinâmicas políticas e obscurece a complexidade das práticas sociais.

O autor também critica a resistência da historiografia contemporânea em lidar com as emoções, atribuindo esse receio a uma desconfiança herdada da psicologia, frequentemente associada ao irracionalismo ou ao individualismo excessivo. No entanto, ele afirma que as emoções são estruturantes da vida social e política, e não apenas resíduos subjetivos sem relevância histórica. A História Social e a História Política, ao priorizarem a figura do sujeito racional e deliberante, negligenciaram a força simbólica e afetiva que permeia a ação política. Essa postura reproduziu uma dicotomia artificial entre razão e afeto, impedindo uma leitura mais completa dos mecanismos históricos de poder e transformação. Como alternativa, Prochasson propõe um protocolo para tratar as emoções como operadores históricos fundamentais, inaugurando o que ele denomina de "História Social das Emoções Políticas".

Esta [História Social das Emoções Políticas] teria não apenas a vantagem de colocar em funcionamento um protocolo razoável, que de forma alguma leva ao posicionamento do indivíduo no centro dos processos sociais, e nem tende a reduzi-lo à condição de máquina produtora de um determinismo isento de falhas. Ela também teria a virtude de pôr em dia aquilo que normalmente é mais rechaçado, que propriamente contestado, pelo modo de atuar dos historiadores. [...] Daqui em diante, entende-se que a política se faz com um conjunto de signos que conclamam os reflexos identitários, não passando somente pelo reconhecimento das opiniões demandadas, ou só pelo teor ideológico do discurso. A adesão mobiliza todo um conjunto de processos complexos, que jamais se esgotam na cognição, mesmo em se tratando dos mais racionais dos interesses. É esta parte emocional, que preside a constituição do vínculo político, que convém abordar numa perspectiva histórica (PROCHASSON, 2005, p?.).

Hoje, as emoções políticas constituem uma chave de leitura promissora para a compreensão das relações de poder, autoridade e legitimidade ao longo da história. Longe de serem manifestações privadas ou irrationais alheias ao domínio político, as emoções são hoje entendidas como operadores de sentido social e histórico, estruturados por contextos culturais e normativos específicos.

Barbara Rosenwein, por sua vez, em *Emotional Communities in the Early Middle Ages* (2006), introduz a noção de "comunidades emocionais", conceito que visa superar a ideia de que as emoções seguem uma linha evolutiva contínua, como sugeriu Norbert Elias. Se distanciando das noções de "civilização" e "processo civilizador" de Elias, Rosenwein pontua que grupos sociais compartilham um conjunto comum de normas afetivas, evidenciando a dimensão coletiva da experiência. A percepção deste tipo de fenômeno social nos possibilita compreender as dinâmicas vivenciadas por tais grupos dentro do seu respectivo tempo histórico.

Para estudar uma comunidade emocional é necessário escolher uma comunidade (e justificar a relevância histórica dessa escolha). Em seguida, faça uma lista das emoções que aquela comunidade expressou. Como você pode descobri-las? A resposta errada para esta questão é: procurando por termos que nós, hoje em dia, consideramos como emoções. Muitas vezes as emoções são encontradas em palavras, experiências, virtudes e vícios conectados com o coração, por isso comece por eles. Por exemplo, quando eu vi a frase “coração pesado” (que foi continuamente empregada em cartas da família Paston no século XV), eu listei “pesado” como uma de suas emoções (contextualmente, a palavra significava aquilo que nós entendemos por “triste”) (ROSENWEIN, 2023, p.7).

Para Rosenwein, diferentes grupos sociais, em diferentes épocas, estruturam e expressam seus afetos de maneira singular, conforme valores, códigos simbólicos e expectativas sociais próprios. As emoções, nesse sentido, não são universais nem espontâneas, mas moldadas coletivamente, sendo fundamentais para a coesão, distinção e funcionamento interno dos grupos. Seu trabalho permite compreender que estudar as emoções é também estudar a cultura política e social das comunidades históricas

Uma história das emoções na Idade Média

Após a consolidação do conceito de comunidades emocionais e da crítica à oposição entre razão e emoção, novas abordagens surgiram para aprofundar a compreensão das emoções como componentes estruturantes da prática política. Damien Boquet e Piroska Nagy, na obra *Medieval Sensibilities: A History of Emotions in the Middle Ages* (2018), aprofundam o debate ao analisar como os afetos não apenas permeavam a vida cotidiana, mas também estruturavam de forma decisiva os rituais públicos, as práticas políticas e a organização simbólica do poder na Idade Média. Para esses autores, as emoções eram socialmente codificadas e comunicadas através de gestos, cerimônias, representações iconográficas e textos litúrgicos, compondo uma verdadeira “gramática emocional” partilhada entre as elites e os demais estratos sociais. Essa gramática não era espontânea, mas cuidadosamente regulada para produzir efeitos de adesão, reverência ou temor, fundamentais para a legitimação do poder político e religioso. Em seu estudo, os autores mostram que manifestações públicas de alegria, tristeza, compaixão ou ira não eram simples expressões individuais, mas dispositivos performativos que reforçavam a ordem social e definiam hierarquias. A humilhação ritual do governante penitente, como o caso já mencionado de Henrique IV em 1077, por exemplo, não apenas punia simbolicamente o

transgressor, mas também restaurava o equilíbrio emocional da coletividade, reafirmando a autoridade das instâncias eclesiásticas sobre o poder temporal.

Antes mesmo da formalização da história das emoções como campo historiográfico, alguns estudos já revelavam a importância dos afetos coletivos na constituição das estruturas sociais e políticas medievais. Um exemplo notável é a obra de Georges Duby, particularmente em *O Ano Mil e Ano 1000, Ano 2000: Em Busca de Nossos Medos*. Nessas obras, Duby analisa como o medo escatológico — o pavor do fim dos tempos, do juízo final e da condenação eterna — modelou profundamente o imaginário social no ocidente medieval. Ele argumenta que, nos anos em torno do ano 1000, os homens e mulheres da Europa cristã experimentaram um estado de inquietação coletiva alimentado por transformações sociais intensas, como a reordenação feudal das terras, a crise das estruturas políticas carolíngias e a renovação espiritual promovida pela Igreja. Esse medo não se manifestava apenas em crenças religiosas privadas, mas estruturava comportamentos sociais amplos: incentivava práticas penitenciais públicas, estimulava a doação de terras e riquezas às instituições religiosas, e reforçava a submissão aos poderes eclesiásticos como forma de salvação.

Duby demonstra que a Igreja, consciente da força desses sentimentos, instrumentalizou o medo para consolidar sua autoridade e promover reformas morais e disciplinares. A cultura emocional centrada no temor do castigo divino, segundo o autor, foi fundamental para o reforço da ordem social feudal e para a legitimação das hierarquias existentes. Embora Duby não se identificasse explicitamente com a história das emoções, suas análises antecipam preocupações centrais do campo, ao enfatizar os temores e a reação da sociedade diante destas angústias.

Em outra obra, *O Tempo das Catedrais* (1996) Duby oferece uma contribuição fundamental para a reflexão sobre as emoções políticas na Idade Média, ainda que não trate diretamente da história das emoções como campo específico. O autor analisa a construção das grandes catedrais góticas como expressões materiais de uma espiritualidade coletiva que buscava um novo vínculo afetivo com o sagrado. Entre os elementos mais destacados, o autor enfatiza o papel da luz como catalisador dos sentimentos religiosos. A arquitetura das catedrais, com seus vitrais coloridos e suas estruturas abertas, foi projetada para inundar o espaço com luz, simbolizando a presença divina e provocando no fiel uma experiência sensorial intensa de maravilhamento, reverência e esperança. Para Duby, essa luz não era apenas um elemento estético, mas um instrumento de elevação espiritual e de orientação emocional, capaz de conduzir as almas para Deus e reforçar a autoridade da Igreja sobre a comunidade dos crentes. A experiência luminosa dentro das catedrais servia, portanto, como uma tecnologia emocional que articulava sensibilidades religiosas e legitimação política. Nesse sentido, *O Tempo das*

Catedrais evidencia como o controle das emoções, através de dispositivos simbólicos e sensoriais como a luz, era central para a organização da vida social e espiritual na Idade Média.

A reflexão sobre a busca por uma nova espiritualidade, mencionada anteriormente, encontra aprofundamento significativo no livro *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental* (1995), de André Vauchez. O autor examina as transformações da experiência religiosa entre os séculos XI e XV, destacando o desejo crescente, especialmente no século XIII, de uma vivência espiritual mais direta e afetiva, menos mediada pelas estruturas clericais tradicionais. Em um contexto de urbanização crescente, mudanças sociais e reformulações internas da Igreja, a espiritualidade medieval passou a se expressar de maneira cada vez mais pessoal, marcada por um forte componente emocional.

No começo do século XIII, restava encontrar a fórmula que permitisse a cada cristão viver de acordo com o Evangelho, no seio da Igreja e no coração do mundo. Foi esse o papel histórico dos fundadores das ordens mendicantes, são Francisco de Assis e são Domingos, assim como seus filhos espirituais e seus êmulos: elaborar e difundir essa fórmula em todos os níveis da sociedade, especialmente nos meios urbanos (VAUCHEZ, 1995, p.126).

Vauchez identifica como principal manifestação desse anseio a proliferação das ordens mendicantes, particularmente os franciscanos e dominicanos, que propunham a prática da pobreza evangélica e da pregação itinerante. São Francisco de Assis, ao adotar a vida pobre e ao imitar radicalmente a trajetória de Cristo, simbolizou o ideal de uma espiritualidade profundamente sentida e vivida no corpo e na vida cotidiana. Essa religiosidade buscava um envolvimento emocional mais intenso, privilegiando práticas que suscitassem identificação afetiva com o sofrimento e a paixão de Cristo.

A busca pela vivência direta do sagrado também se expressou no crescimento de experiências místicas como a de Santa Ângela de Foligno (c. 1248–1309), uma freira terciária franciscana da Itália. A santa deixou um testemunho impressionante em seu *Memorial*, onde descreve um caminho espiritual marcado por visões, êxtases e sentimentos de intensa compaixão pelo sofrimento de Cristo. Sua trajetória espiritual enfatizava a necessidade de experimentar sensorialmente a dor e a glória de Cristo, a ponto de seu corpo ser atravessado por experiências de êxtase, choro convulsivo e perda temporária dos sentidos diante da contemplação do divino.

Em contexto semelhante André Vauchez mostra, também no século XIII, o crescimento das procissões penitenciais, nas quais grupos de fiéis percorriam as ruas em atos públicos de arrependimento, frequentemente envolvendo flagelações e outras formas de mortificação corporal.

Desde o século XII a espiritualidade penitencial [...]inspirara explosões de fervor excepcionais, que os cronistas italianos da época designaram com o nome de "devoções". A mais célebre foi a dos flagelantes, que partiu de Perugia em 1 260 e atingiu depois todo o centro e o norte da Itália. A prática coletiva da flagelação por leigos é mencionada nesse ano, pela primeira vez: um penitente de Perugia, Rainier Fasani, que afirmava ter recebido da Virgem Maria uma carta exortando-o a flagelar-se publicamente, tomou a frente de uma procissão expiatória de um tipo desconhecido até então, que percorreu as ruas da cidade. Os participantes se chicoteavam na altura do ombro direito e nas costas, até a efusão de sangue, suplicando a Deus que afastasse de sua cidade a "grande atribulação" que ameaçava abater-se, segundo eles, sobre os seus habitantes. A flagelação não era desconhecida na Itália, mas até então era uma prática penitencial privada - os monges mais zelosos se fustigavam às vezes em suas celas - ou litúrgica: ela era infligida aos grandes pecadores que pedissem e obtivessem a reconciliação com a Igreja, ao fim de uma penitência pública. A novidade introduzida pelos flagelantes de 1260 residia no fato de que, a partir de então, ela era praticada em recinto aberto, à vista de todos, pelos fiéis que o desejasse (VAUCHEZ, 1995, p.146-147).

Essas manifestações não apenas expressavam a devoção individual, mas também serviam como meios de identificação coletiva com o sofrimento de Cristo, reforçando a coesão social e a autoridade da Igreja. Vauchez observa que as práticas, inicialmente restritas aos ambientes monásticos, foram gradualmente adotadas pelos leigos, evidenciando uma democratização das expressões de fé. As procissões penitenciais tornaram-se, assim, uma forma de os fiéis leigos se apropriarem de rituais anteriormente exclusivos do clero, buscando uma conexão mais íntima com o divino. Essa tendência reflete a transformação da espiritualidade medieval, marcada por uma crescente valorização das experiências pessoais e emocionais na vivência religiosa.

Esse desejo de experimentar a fé de maneira mais emocional e sensível também levou ao surgimento de confrarias leigas e movimentos de piedade coletiva que valorizavam práticas de caridade, oração comunitária e solidariedade. Ao privilegiar a experiência interior e a expressão afetiva, a nova espiritualidade do século XIII transformou as práticas religiosas e abriu novas possibilidades de relação entre o indivíduo, a comunidade e o divino. André Vauchez, assim, contribui para a compreensão de como as emoções moldaram de forma decisiva as formas de religiosidade e sociabilidade na Baixa Idade Média.

Uma história das emoções políticas na Idade Média.

A investigação das emoções políticas em contextos históricos exige métodos que sejam sensíveis às expressões afetivas e capazes de situá-las dentro das normas sociais e culturais de cada época. Para isso, historiadores como Rosenwein, Reddy, Boquet e Nagy propuseram abordagens específicas que articulam diversas fontes e dimensões da prática social. Um

primeiro método consiste na análise de fontes discursivas e textuais, como cartas, crônicas e documentos jurídicos, que permitem identificar padrões emocionais e vocabulários afetivos compartilhados por determinados grupos. A esse trabalho, soma-se a contextualização histórica das emoções, que, inspirada na noção de "regimes emocionais" de Reddy, busca entender quais sentimentos eram incentivados, reprimidos ou valorizados em cada sociedade. Outro caminho é a análise performativa dos rituais públicos, prática essencial para autores como Boquet e Nagy, que consideram cerimônias, penitências e gestos como expressões organizadas de afetos que reforçam hierarquias políticas. Além disso, o estudo da materialidade emocional — ícones, insígnias de poder, arquitetura sacra — revela como objetos e espaços eram usados para suscitar e regular emoções coletivas. Por fim, a comparação transcultural e temporal oferece uma perspectiva mais ampla, permitindo identificar tanto continuidades quanto rupturas na mobilização das emoções políticas em diferentes sociedades históricas.

Para abordar as emoções ligadas ao poder político medieval, é fundamental considerar exemplos envolvendo seus representantes máximos: os monarcas. A historiografia já dedicou atenção significativa à temática régia, com obras icônicas produzidas ao longo do século XX. Entre essas, destaca-se o clássico *Os Reis Taumaturgos* (2006), de Marc Bloch, uma referência obrigatória para quem deseja compreender a articulação entre poder, crença e emoção no medievo. Neste estudo, Bloch analisa a crença difundida na França e na Inglaterra de que certos reis, por grça divino, possuíam o dom de curar doenças, especialmente a escrúfula, por meio do toque. Essa prática, que perdurou por séculos, revela como a monarquia medieval fundamentava sua autoridade não apenas em estruturas jurídicas ou militares, mas também em rituais carregados de significado emocional e simbólico. Segundo o próprio Bloch argumenta, o gesto do rei curador, amplamente celebrado e ritualizado, mobilizava sentimentos de fé e reverência entre os súditos, reforçando a crença de que os governantes comungavam da esfera do sagrado. O autor demonstra que a eficácia desse ritual não residia em sua veracidade médica, mas na força coletiva da crença, que reforçava a legitimidade do soberano como escolhido e protegido por Deus.

O chamado “milagre do toque das escrúfulas”, atribuído aos reis da França e da Inglaterra, contribuiu para o desenvolvimento de uma verdadeira espiritualidade régia paralela, marcada por práticas rituais e crenças populares em torno da figura do monarca. Nesse contexto, destaca-se o culto a São Remígio de Reims (c.533 EC), considerado o bispo responsável pelo batismo e unção de **Clóvis**, rei dos francos, no final do século V. A tradição segundo a qual esse batismo teria sido realizado com uma âmbula sagrada — conhecida como *Sainte Ampoule* — entregue milagrosamente por uma pomba simbolizando o Espírito Santo, conferia ao rito uma dimensão

mística que transcendia o simples gesto litúrgico. Essa narrativa foi fundamental para a construção da legitimidade espiritual da monarquia francesa, pois implicava que a unção real tinha origem divina e não meramente humana. A *Sainte Ampoule*, guardada na catedral de Reims, tornou-se objeto de veneração e passou a ser usada nas cerimônias de coroação dos reis da França, vinculando diretamente o poder temporal à esfera do sagrado. A crença nesse milagre e sua associação direta com a figura do monarca motivaram práticas devocionais e peregrinações até a modernidade.

A obra *Os Dois Corpos do Rei* (1997), de Ernst Kantorowicz, é uma das contribuições mais influentes para a compreensão da construção simbólica e teológica da autoridade monárquica na Idade Média. Nesse estudo, Kantorowicz analisa a elaboração jurídica e litúrgica da doutrina segundo a qual o rei possuía dois corpos: o corpo físico, sujeito à doença, à decadência e à morte; e o corpo político, imperecível, que encarnava a continuidade do reino e da soberania. Essa concepção permitia que a figura do monarca fosse pensada não apenas como um indivíduo, mas como um elo entre o terreno e o transcendental, incorporando a ordem divina na ordem humana.

A força da tese de Kantorowicz reside na análise de como essa dualidade foi construída ao longo de séculos por meio de discursos teológicos, jurisprudenciais e iconográficos, permitindo que o rei fosse visto como uma figura quase sacralizada. A relação dessa obra com a proposta deste artigo se estabelece na medida em que a ideia dos dois corpos do rei depende de uma complexa gramática simbólica e emocional que sustentava a autoridade régia. A reverência, o temor reverencial, o luto público pela morte do monarca, e a alegria ritual de sua coroação ou casamento não eram apenas atos ceremoniais, mas manifestações afetivas que davam forma concreta à separação — e simultânea fusão — entre o corpo humano e o corpo político do rei. Assim, a obra de Kantorowicz revela como as emoções mobilizadas em torno da figura régia eram fundamentais para a legitimação e reprodução do poder.

Deixando o eixo Inglaterra, França e Alemanha, também temos numerosas produções que contemplam a monarquia dentro de uma perspectiva simbólica e sacralizada. Na Espanha, a obra de José Manuel Nieto Soria aborda tanto os fundamentos ideológicos do poder régio quanto as cerimônias e liturgias que envolvem o governante. Nieto Soria indica que a construção da sacralidade régia castelhana se relacionava com elementos mais comuns à realidade sociopolítica da Península Ibérica e justamente em função disso divergia das suas contrapartes inglesas e francesas. Em vez de aplicarem a cura pelo toque de suas mãos, os reis ibéricos buscavam o sagrado ressaltando uma aproximação maior entre eles, a Virgem Maria, e os santos católicos como São Tiago e São Jorge. Poderíamos aqui citar o exemplo do Rei

castelhano Afonso X (1252-1284) que cunhou sua fama graças a uma intensa produção intelectual nas mais diferentes esferas do conhecimento.

A obra afonsina contemplava matérias que iam desde a história, na forma de crônicas régias², códigos legislativos³, jogos e lazer⁴, astronomia⁵ e música⁶. Se Analisarmos somente essa última, podemos ver um esforço coordenado na divulgação de uma imagem régia que mostra o governante tanto como piedoso, como também um crente fiel à mãe de Deus.

Nos códices em que se encontram registradas as *Cantigas de Santa Maria* – um



Figura 1- Cantiga CXXX - códice rico. O rei Afonso décimo diz a seu súditos como Santa Maria é o único caminho para se alcançar a Deus.

cancioneiro que exortava os milagres atribuídos a esta Santa, obra esta que gozou de grande popularidade no período – combinam-se elementos diversos que não incluíam apenas a música, mas também textos e imagens. Não apenas as iluminuras presentes nos códices, mas as canções contidas neles mostram frequentemente um enredo em que os protagonistas são ou o próprio rei Afonso X ou Santa Maria, quando não ambos.

As *Cantigas de Santa Maria* localizam-se no cerne de toda uma tradição cristã que remonta ao século XII, em meio a todo um processo de crescimento do culto mariano. Desde aquele momento, já é possível perceber a circulação de histórias sobre a figura da Virgem e dos

² Destacamos aqui a *Primera Crónica General de España*, que influenciou a historiografia de toda a península até o século XX.

³ Como as *Siete Partidas* e o *Fuero Real*...

⁴ *El Libros del ajedrex, dados y tablas...*

⁵ *Livros do saber de astronomia*.

⁶ *Las Cantigas de Santa Maria*.

milagres por ela perpetrado (VALMAR. 1990. p.83). Nas *Cantigas*, a figura do rei-bardo não se reservava unicamente às representações pictóricas. O texto de suas canções guardava estreita semelhança com as demais obras produzidas pelos *scriptoria* castelhanos da segunda metade do século XIII.

O próprio poema da canção mostra-se, na mesma medida, como uma obra de louvor. Em sua última estrofe encontra-se uma verdadeira profissão de fé por parte do narrador, o monarca que promete que, enquanto viver, será seu cortesão e louvará, com muito gosto, os seus feitos e milagres neste mundo.

"Quem quiser entender, seja entendedor
da Mãe de Nosso Senhor.
E por isso seu entendedor serei
enquanto eu viver, e louvarei
e de muitos bens que faz direi
e milagres grandes, dos quais tenho tanto sabor⁷".

A partir do exemplo castelhano, evidencia-se como a autoridade régia podia ser moldada por tradições culturais e afetivas específicas, que articulavam religiosidade, arte e poder político em um imaginário profundamente emocional. A figura de Afonso X, construída pela palavra, pela música e pela imagem, revela o potencial das emoções — especialmente a devoção mariana — como elementos estruturantes da legitimação monárquica. Nesse contexto, as *Cantigas* de Santa Maria não apenas exaltam a fé do rei, mas operam como instrumentos de propaganda afetiva, mobilizando sentimentos coletivos que fortaleciam sua posição política e espiritual junto à comunidade cristã da Península Ibérica.

Considerações

A investigação das emoções políticas na Idade Média, longe de constituir um mero exercício de história cultural, revela-se um instrumento analítico fundamental para desvendar as complexas engrenagens que sustentavam o poder no período. Procuramos demonstrar aqui que as emoções não eram fenômenos marginais ou irracionais, mas elementos estruturantes das práticas políticas, religiosas e sociais, articulados de forma estratégica pelos poderes constituídos. A sacralização da autoridade régia, os rituais penitenciais e as devoções coletivas não podem ser plenamente compreendidos sem considerar a dimensão afetiva que os animava.

A historiografia tradicional, ao priorizar análises institucionais ou econômicas, frequentemente relegou as emoções a um plano secundário, como se fossem meros reflexos de

⁷ *Cantigas de Santa Maria*. Cantiga CXXX. Tradução livre.

estruturas mais profundas. Contudo, as contribuições de autores como William Reddy, Barbara Rosenwein e Damien Boquet demonstraram que as emoções operavam como mecanismos ativos de legitimação e contestação. A noção de "regimes emocionais" proposta por Reddy, por exemplo, permite entender como certos afetos eram incentivados ou reprimidos conforme os interesses do poder, enquanto o conceito de "comunidades emocionais" de Rosenwein ilumina os códigos afetivos compartilhados por grupos específicos, desde a corte real até as confrarias leigas.

O exame de casos concretos — como a humilhação pública de Henrique IV em Canossa, a devoção mariana de Afonso X ou os rituais de cura real estudados por Marc Bloch — evidencia que as emoções não apenas acompanhavam as ações políticas, mas as constituíam. A performance da compaixão, do medo ou da ira não era um teatro vazio, mas uma linguagem política codificada, capaz de moldar lealdades, reforçar hierarquias e mobilizar comunidades. A própria doutrina dos *Dois Corpos do Rei*, analisada por Kantorowicz, dependia de uma economia emocional que vinculava o soberano ao divino através de rituais carregados de reverência e temor.

Nesse sentido, a história das emoções políticas não se limita a preencher lacunas historiográficas; ela desafia pressupostos arraigados, como a dicotomia entre razão e afeto ou a ideia de que as emoções medievais eram menos elaboradas que as modernas. Pelo contrário, os exemplos discutidos mostram que a instrumentalização dos afetos era sofisticada e consciente, integrada às rationalidades do período. A devoção mariana de Afonso X, expressa nas *Cantigas de Santa Maria*, não era apenas uma expressão de piedade pessoal, mas uma estratégia de legitimação que vinculava sua imagem à proteção divina, reforçando sua autoridade perante a nobreza e o povo.

Ao resgatar a centralidade das emoções, este artigo não apenas amplia o escopo da história política medieval, mas também oferece ferramentas para repensar o próprio exercício do poder em outras temporalidades. Se as sociedades medievais souberam mobilizar afetos para consolidar ordens políticas, é porque reconheciam sua força como operadores históricos — uma lição que permanece relevante para a análise das dinâmicas de poder em qualquer contexto. Assim, mais do que um campo de estudo, a história das emoções políticas revela-se uma chave indispensável para desvendar as continuidades e rupturas que moldam as relações entre governantes e governados, tanto no passado quanto no presente.

Referências

- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder régio particularmente na França e na Inglaterra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. **Ano mil, ano 2000: na pista de nossos medos.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- DUBY, Georges. **O ano 1000.** Lisboa: Edições 70, 1989.
- Fuero Real.** Valladolid: Editorial Lex Nova, S.a., 1990. Versão facsímile da edição feita pela "Real Academia de la Historia", publicada em 1836.
- KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório.** Petrópolis: Vozes, 2017.
- MANUEL RICO y SINOBAS. **Libros del saber de astronomía del Rey Alfonso X de Castilla.** Madrid: 1863-1867.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed.). **Primera Crónica General de España: que mando componer AlfonsoX, el sabio y que se continuaba bajo Sancho IV.** Madrid: Gredos, 1955.
- MONTALVO, Alonso Diaz de (ed.). **Las Siete Partidas de Alfonso X, Rey de Castilla.** [Edição fac-símile da edição de 1498]
- NIETO SORIA, José Manuel. **Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámarra.** Madrid: NEREA: 1993.
- NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (siglos XIII – XIV).** Madrid: EUDEMA: 1988.
- PARGA , Luis Vázquez de (ed.). **Alfonso X el Sabio, em Libros del ajedrex, dados y tablas.** Valencia: Ediciones Poniente, 1987.
- PROCHASSON, Christophe . [Emoções e política: primeiras aproximações.](#) Varia história. 21 (34) • Jul 2005. (consulta feita em 24/03/2025)
- VALMAR. Marqués (ed). **Cantigas de Santa Maria. Edição fac-símile da publicada em 1889 pela Real Academia Espanhola.** Madri: Cajá de Madrid. Real Academia Espanhola, 1990.
- VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.